Menores e jovens adultos no processo penal: noções de um advogado penal em Braga Quando um adolescente ou um advogado penal jovem adulto se vê envolvido num processo, a preocupação da família é imensa. Os pais querem saber se o filho vai ter registo criminal, se pode ser preso e como decorre o processo. As respostas dependem, antes de mais, da idade que o jovem tinha à data dos factos. A lei portuguesa trata de forma diferente as crianças, os jovens abaixo da idade de imputabilidade penal e os jovens adultos que já respondem criminalmente. Um advogado penal em Braga começa sempre por situar o caso nesta escala. Abaixo da idade a partir da qual a lei considera alguém penalmente responsável, os factos que constituiriam crime não dão lugar a um processo penal comum. Aplica-se um regime próprio, previsto na Lei Tutelar Educativa, que tem como objetivo educar o jovem para o direito e não puni-lo. As medidas aplicáveis são tutelares educativas e o processo corre, em regra, nos juízos de família e menores, como o do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. As regras sobre audição, acompanhamento e participação dos pais são próprias deste regime. A partir da idade de imputabilidade, o jovem responde no processo penal como qualquer adulto, com o estatuto de arguido e todos os direitos que lhe correspondem. No entanto, para os jovens adultos, a lei prevê um regime penal especial, que permite ao tribunal atenuar a pena e privilegiar medidas que favoreçam a reinserção social. Na prática, o tribunal olha com particular atenção para o percurso escolar, a situação familiar e a perspetiva de futuro do jovem.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para a família, a principal lição é não tentar resolver a situação sozinha. Pais que falam com a polícia em nome do filho, ou que incentivam o jovem a prestar declarações sem acompanhamento, podem prejudicar a defesa sem querer. Um advogado penal explica ao jovem e aos pais os direitos que existem, como o direito ao silêncio e a ser assistido por defensor, e prepara cada diligência com calma. Em Braga, onde há muitos estudantes ligados à Universidade do Minho, estas situações envolvem por vezes jovens que vivem longe da família. Na QUOR Advogados, a família e a área criminal são acompanhadas, entre outros, pela Dra. Paula Pratinha, que atende presencialmente em Braga e é reconhecida pela empatia e clareza estratégica. Cada caso é analisado individualmente e explicado em linguagem clara, sem jargão, tanto ao jovem como aos pais. Se um filho ou Browse this site familiar jovem está envolvido num processo, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online por videochamada, útil para famílias que vivem fora de Braga. Ligue para o +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.